

Inquietude e pesar em compasso de espera

Irene Borges-Duarte

Professora na Universidade de Évora

Estamos a viver um tempo estranho, em que, de repente, o nosso dia-a-dia deixou de ter a dimensão tranquilizadora, que é garantida pelo habitual cumprimento das tarefas de todos os dias e pelo encontro confiado com aqueles que enchem a nossa existência, no nosso habitual fazer pela vida. A habitualidade rompeu-se. Nada acontece da mesma maneira que antes. A fórmula de “trabalhar a partir de casa”, cuja prática procura ser generalizada, não constitui propriamente um hábito alternativo, e está longe de proporcionar a confiabilidade que, em geral, só o agir sedimentado assegura.

Este sentimento de estranheza não se dá do mesmo modo com toda a gente, mas acontece a toda a gente, no seio deste mundo que é o nosso: não só aqui, no nosso entorno mais próximo, mas também no mundo que nos chega pelos meios de comunicação e que, não por estar mais longe, nos é, agora, menos próximo. Tanto que nos entra pela quotidianidade dentro, trazendo-nos a presença sub-reptícia de um passageiro nefando e inesperado, em que somos obrigados a reparar. Como disse, há pouco, a este propósito, José Gil: “Graças ao coronavírus, e pelas piores razões, o homem comum tem agora, ao longo do seu tempo quotidiano, a experiência da globalização existencial. Vivemos todos, simultaneamente, o mesmo tempo do mundo.” (Gil, 16/03/2020, “O medo”, n-1 Edições).

De repente, deixamos de ter uma vida que viver, para passar a ser reféns de um outro tempo, em que a morte dos outros se torna uma ameaça, que pesa sobre todos, e uma mágoa, que nos dói, como se fosse própria. Isolados, na ilha que é a nossa morada, ou talvez – o que é bem pior – no reduto, onde nos confinaram, em vez da que de verdade é nossa casa, o mundo invade-nos virtualmente, sem que possamos sentir-nos vivendo *dentro* dele. Porque é disso que se trata: de ficar de fora do mundo real, sem deixar, porém, de o engolir em forma de notícia imparável do que continua a acontecer e persiste em pesar no nosso novo dia-a-dia. Uma frágil torre de marfim, feita de inquietude.

Não é, decerto, o mesmo o que se passa com quem, pela sua profissão, se vê a braços com as consequências da epidemia e do seu tratamento. Nos hospitais, nas residências de anciãos, nas instâncias de assistência primária, em vez de se estar fora, está-se em pleno centro dos acontecimentos: no centro do mundo. Mas não é menos estranho o tempo vivido desse modo: essa voragem, que rouba esse outro dia-a-dia que era o de antes. Porque o stress de agora, não é o stress de antes. A entrega temerosa de agora, na sua generosidade e na sua responsabilidade, não é o compromisso do profissional, que sabe o que tem de fazer para cumprir a sua função habitual. Todo e cada um de aqueles que agora vivem momento a momento na vizinhança do

vírus, sabe que é um ser humano em risco, em igual condição que o doente ao seu cuidado, e toda a sua vida se sente estar à beira do encontro com o mal. O quotidiano é outro: a palavra já não significa a mesma coisa, já não evoca um *continuum*, mas um *staccato*, em que em cada passo dado se escuta o *carpe diem*.

O tempo da campânula e o tempo da voragem distinguem-se, pois, mas têm em comum o peso da ameaça e da dor, que os une num mesmo intervalo de vida, vivida sob a forma de estar suspensa. É um compasso que ecoa no ar, que nos envolve e atravessa, e de que nos guardamos de respirar. O sentimento da ameaça invisível paira, no ambiente fechado, como inquietude. A cautela ante o ataque insidioso infiltra-se, no local de trabalho, como medo. Ambas as formas de viver este tempo revelam a clausura, o estar encerrado numa atmosfera rarefeita e potencialmente nociva. E, contudo, o planeta, alheio a esse perigo, respira e entra ele próprio numa outra pausa relativa, resiliente: a do deter-se do *crescendo* da poluição das indústrias e dos empreendimentos humanos de exploração, agora quase suspensos.

Mas não é só o tempo que se converte num uníssono denso e silencioso. É também o seu corpo vivo: um colectivo na condição de exposto e de solidário, necessitado de manifestar-se unido nessa mesma vulnerabilidade humana. O individual perde protagonismo no seio da ameaça global e a intimidade revela-se na sua porosidade relacional, aberta ao todo – e não apenas àqueles com quem se compartilha a vida, aos amados, aos amigos. Na ilha temporal, todos somos um. Em cada um que morre, somos nós que morremos. O colectivo deixa de ser abstracto. Torna-se um corpo orgânico, em que cada um se sente mais que mera parte do todo: o todo habita-o e dói como um ressoar interno, que não se esgota.

E, contudo, tudo isto passará e o tempo voltará a ser o de antes.

Voltaremos a deixar-nos levar pelo *largo* da quotidianidade banal das nossas vidas, cheias de horas, minutos e segundos, de intervalos para refeições e para lazer, de ocupações profissionais que não nos arrancam as entranhas, nem fazem perigar os nossos próximos. O tempo voltará ao seu caudal conhecido, a vida aos seus gozos e rotinas. Inexoravelmente. Sim. Voltará o estender-se conhecido dos horários de trabalho, voltarão os momentos felizes e descuidados do jogo, do descanso, do abraço e do amor.

Nada teremos aprendido?

Na verdade, nada haveria a aprender, que não devesse já ter sido aprendido, com excepção do caso singular desta epidemia, deste vírus e das suas características específicas. Uma questão científica, portanto, a resolver por aqueles que têm a formação e a função adequadas à investigação do assunto e à determinação do modo eficaz de combate deste mal e da prevenção da sua expansão, bem como de outros futuros, com ele potencialmente relacionados. Ao fim e ao

cabo, um problema técnico. Um desafio técnico à nossa sociedade do conhecimento e informação, politicamente organizada e culturalmente apetrechada para enfrentar situações de risco, e mesmo de catástrofe. Um estímulo à descoberta de novos medicamentos, ou vacinas, cuja produção será assegurada pelas indústrias farmacêuticas mais importantes. É isso que ficará: o estimulante desafio à nossa capacidade de resposta. Isso e o pesar pela perda de tantas vidas, que se não pôde evitar.

De nada nos terá servido, então, este doloroso episódio?

A história ensina-nos, porém, aquilo que a nossa experiência de vida não quereria aceitar: que situações como a que actualmente vivemos se repetem, em episódios mais ou menos longos, mais ou menos eficazmente enfrentados, sem que nada se altere dos projectos de mundo no meio dos quais irromperam. A elaboração do vivido fica, naqueles que foram capazes de a fazer, como algo que marcará para sempre as suas vidas. Mas na consciência colectiva, politicamente maleável, traduzir-se-á em mais uma vitória contra o inimigo insidioso, qualquer que tenha sido a sua origem e significado. O que foi um corpo uno, ao experimentar a situação limite, desmembra-se nos infinitos fragmentos individuais que constituem a sociedade, em que nos juntamos para cumprir fins parciais, ordenados pela utilidade comum e sequiosos de imagens gratificantes. A unidade do sentimento, que nos uniu, desfazer-se-á, e o coração voltará a ser só uma bomba do sangue que alimenta as células.

Tudo voltará a ser como já estava lançado a ser.

Filósofos e críticos da sociedade e dos seus sistemas de desenvolvimento têm, porém, por obrigação dizê-lo, seja preconizando possibilidades de mudança, seja desenhando possíveis rumos que esta possa ou deva tomar, seja denunciando os interesses criados, que a impedem. Com esperança de que as suas palavras ajudem a ver mais claro, mas também com a lucidez de quem sabe que só ver não chega. Quem pensa sabe que não sabe como fazer para que essa mudança aconteça, sabe que não pode ter a eficácia onipotente do desejo, sabe que os dados estão lançados e a mão que os jogou é impessoal e oculta, alheia a vontades. Mas o seu papel – o compromisso do intelectual – hoje, como ontem e sempre, consiste, apesar disso, em dizê-lo.